

PARQUE ESTADUAL DAS SETE PASSAGENS

PLENÁRIA DA REUNIÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL DAS SETE PASSAGENS -06/12/2023

No dia 06 de dezembro de 2023 as 09:00 foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagens no auditório do sindicato dos trabalhadores rurais de Miguel Calmon BA. A reunião teve como pauta os seguintes pontos: 1- Apresentação e aprovação do calendário de reuniões ordinárias para 2024; 2. Apresentação sobre valores de compensação ambiental para unidade PESP; 3. Preenchimento de vacância (Sociedade Civil 01 vaga e Empreendedor Local 09 vagas). Estiveram presentes as entidades conselheiras abaixo listadas, representando Poder Público, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA; Empresa Baiana de Águas e Saneamento-Embasa; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA-Jacobina; Universidade do Estado da Bahia-UNEB; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Miguel Calmon, Universidade Federal do Vale do São Francisco -UNIVASF. Sociedade Civil: Movimento Salve as Serras; Associação Comunitária de Bagres; Associação Comunitária de Água Branca; Associação Protetores da Serra-APS; Associação Comunitária de Murici – ASCOMU; Central das Organizações de Desenvolvimento Sustentável do Território do Piemonte da Diamantina-CODEP; Associação de Condutores Ambientais e Guias de Itaitu-ACAGI e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miguel Calmon. Empreendedores Locais: Pousada Guiomar. O Presidente do Conselho Gestor, José Manoel Zélis Pereira (INEMA), deu início à reunião após a verificação do *quórum* dando as boas-vindas a todos os presentes e apresentando a pauta. Tratando do primeiro ponto da pauta referente ao calendário das reuniões do conselho gestor, foi apresentado as datas aos conselheiros sugerindo a Primeira Reunião - 16/04/2024 Terça Feira, Segunda Reunião- 11/06/2024 Terça Feira, Terceira Reunião 18/09/2024 Quarta Feira, Quarta Reunião 27/11/2024 Quarta Feira, e se houvesse sugestões de mudanças poderiam ser feitas e também falou da possibilidade da existência de reuniões extraordinárias caso necessário; trouxe para o conhecimento do conselho sobre um incidente ocorrido nas dependências da unidade com um veículo e dois ocupantes, mostrando as providências tomadas pela equipe do "PESP" e o atual estado de saúde dos mesmos; seguindo a pauta da reunião foi apresentado as vacâncias na categoria empreendedores locais sendo que duas entidades estão pleiteando as vagas assim Evandro Cunha foi apresentado e a mineradora Pan American Silver não estava presente, nesse momento Andressa conselheira representando a UNEB, questiona a participação da mineradora no conselho já que a mesma tem processos de autorização de lavra no parque, abrindo uma discussão sobre aprovação ou não dela no conselho gestor, sendo que existe membros a favor da participação da mineradora e outros contra; Zelis logo retomou a fala informando que a mineradora desde do início do conselho gestor sempre participou do mesmo, e que referente a esses processos de autorização de lavras, são processos antigos e que na atualidade não existe nenhum processo de licença de pesquisa referente a mineradora dentro do polígono do parque, sugerindo assim a fazer uma consulta e abrir um processo dentro do INEMA sobre a existência desses processos e a trazer uma devolutiva para o conselho, "Todos conselheiros concordaram". Seguindo a pauta "Evandro Cunha" se apresentou formalmente como empreendedor local, em seguida o presidente do conselho abriu votação sobre a participação do conselho onde

todos aprovaram, restando assim 8 vagas para empreendedores locais e a vaga da mineradora o conselho deixou para decidir depois sobre a participação do mesmo. Seguindo a pauta Zelís informou que essa apresentação era de "Carla Fabiola" INEMA, mas que por motivos de força maior não pode estar presente, e ele que vai apresentar sobre o projeto das compensações para o "PESP"; Começa informando que a maioria da aquisição de bens proposto pelo conselho no ano de 2022, foram cortados pelo motivo que aquisição de bens só pode existir quando houver doação direta de um empreendedor, faz uma breve abordagem acerca do que é compensação ambiental e como ela acontece no estado da Bahia; esclarece que os valores a serem apresentados foram os aprovados pelo INEMA e que esses valores ainda iram passar por um colegiado da SEMA, e sugerir que o presidente do conselho e mais dois conselheiros possam acompanhar essa avaliação da SEMA; O primeiro projeto apresentado foi o de AÇÃO 01-Educomunicação onde gerou uma discussão entre os conselheiros referente como seria usados os valores dos projetos, foi sugerido pelo conselheiro Wellyton, representante da APS, a criação de uma comissão dentro do conselho para acompanhamento dos projetos, foi esclarecido pelo presidente do conselho, que os projetos de compensação ainda irá passar por avaliação. A conselheira Janete Belitardo, sugere que seria melhor que o estado mudasse essa forma de execução dos projetos para execução direta, onde as empresas que forem pagar a compensação possa contratar as empresas para execução dos projetos e depois de concluído passa para o estado, os outros projetos apresentados foram os de AÇÃO 02 - Elaborar Projetos de Educação Ambiental voltados à qualificação social para identificar e apoiar as alternativas de desenvolvimento socioambientais sustentáveis nas comunidades do entorno da UC, AÇÃO 03 Elaborar e implementar o Programa de Proteção Ambiental, AÇÃO 04 - Regularização Fundiária de áreas no interior e zona de amortecimento da UC " então os membros do conselho decidiram solicitar a presença de uma equipe da câmara de compensação do estado (SEMA) para próxima reunião no sentido de sanar as dúvidas dos conselheiros; O segundo projeto foi o de regularização fundiária, onde alguns conselheiros acharam o valor auto, mas Zelís explicou como seria feito o trabalho e da dificuldade, Janete e mais alguns conselheiros reforçam sobre a importância desse projeto para evitar conflitos fundiários e outros interesses e assim que a empresa for contatada vai trazer a empresa para apresentar ao conselho e se quiser algum conselheiro que queria acompanhar os trabalhos poderia, Evandro fala sobre uma situação fundaria do senhor Robério que alega ter uma área dentro da unidade, Zelís informou a Evandro como ocorreu os procedimentos na época informada a ele pela família do senhor Robério, e ressaltou que qualquer dúvida está à disposição pra formar processo para o estado com intuito de esclarecimentos; Logo após foi sugerido a formação de uma comissão pelo conselheiro Wellyton, sendo aprovada com as entidades integrantes, CENSC, UNEB, IFIBA, UNIVASF, APS, AGUA BRANCA, MURICI, com intuito de criação de projetos para as comunidades do entorno do PESP, levando esses projetos e apresentando ao estado, para serem utilizados recursos da compensação ambiental dirigida para o parque, onde esses mesmo projetos passem pelo conselho para conhecimento de todos, e ressaltando a importância dessa comissão pressionar o estado há fazer esses recursos chegarem a os projetos de forma de execução direta. A próxima pauta do que ocorrer, abrindo espaço a pedido de fala os condutores ambientais da "ACAGI" trazem para o conselho a informação de que foi solicitado o fechamento do acesso a cachoeira das Arapongas à partir de janeiro de 2024, todas as sextas feiras com intuito da manutenção pelo o pessoal da fazenda e que os membros da "ACAGI" não queriam tomar essa decisão sem antes trazer para o conselho; em seguida também trazem para o conselho a solicitação de pedido de suporte em criação de um instrumento legal direto do estado para regulamentar sua

atuação na cachoeira, então Zelis retoma a palavra e explica as duas situações, a primeira referente ao fechamento as sextas-feiras do acesso a cachoeira, entendendo que seja plausível por conta da capacidade de carga e da manutenção e recuperação ambiental do local, que o trabalho da "ACAGI" está relacionado aos serviços prestados dentro dessa área particular que dá acesso a cachoeira e a relação e acordo tem que ser direto com os proprietários sendo que é uma relação privada existente entre os dois; Zelis também informando que o estado não tem dispositivos legais para a cobrança em áreas de preservação ambiental e parques públicos e por isso o INEMA, não tem como disponibilizar nenhum documento referente a essa atuação da ACAGI, o conselheiro representando Salves as serras de Jacobina, sugere ao conselho que por não existir um instrumento legal da parte do estado pela cobrança desses serviços, fazer uma carta de agradecimento pelos serviços prestados pela ACAGI; seguindo a reunião a conselheira Janete da APS, traz alguns questionamentos sobre aumento da incidência de incêndios florestais na região e que é preciso fortalecer a fiscalização referente a essas situações como também a de desmatamento, Zelis explica que tem feito um trabalho incessante para fiscalizar essas áreas, que as vezes encontra situações que é limpeza de pasto não se enquadrando em crime ambiental, e as que se enquadram estão sendo formados processos devida mente legais e que sobre essas ações no entorno da unidade o melhor instrumento para auxiliar esse controle e fiscalização seria o a Zona de Amortecimento aprovada, Janete então solicita ao conselho que juntos façam uma solicitação ao estado para ter informações como anda o processo e aprovação dá zona de amortecimento da unidade, Zelis se comprometeu a fazer essa consulta e na próxima reunião trazer o resultado para o conselho; O conselheiro da APS, Wellyton solicita junto ao conselho uma moção para o INEMA, sobre como anda o processo de construção de um CETAS no entrono do parque, a professora Gabriela solicitou ao conselho pra se manifesta sobre a presença de alguém do estado para atualizar o conselho sobre como anda o processo de conceção do parque, em seguida Andressa representante da UNEB, comenta sobre soltura de animais na unidade e que se houve foi um equívoco da equipe que recebeu, mas que não ocorrerá mais, e outra conselheira falou sobre incidente com um animal na unidade e Zelis comentou sobre maiores cuidados dos visitantes com os animais pois estamos em uma área de reserva ambiental e que devemos entender que ali é o habitat natural deles e nós que estamos entrando nele, informa que sempre foi e está proibida a soltura de animas na unidade, para finalizar a reunião ficou decidido por todos os conselheiros solicitar consulta ao estado sobre os seguintes processos; Processo de lavra da mineradora na área que engloba o parque; Processo da Zona de amortecimento do PESP; Processo da criação do CETAS no entrono do PESP; Processo de Concessão da unidade para iniciativa privada, estas solicitações do colegiado, serão abertos processos individuais; neste momento foi protocolado documento pela entidade conselheira ACAGI. Não havendo mais nada a ser relatado, o presidente do conselho se despediu de todos e encerrou a reunião, essa ata será provada pela plenária do Conselho Gestor e assinada pelo Presidente.

José Manoel Zélis Pereira
Presidente do Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagens - PESP

José Manoel Zélis Pereira
INEMA-DIRUCURPD
NT 4660028-7